

**POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO DA LÍNGUA
GUARANI NO PARAGUAI E FORMAÇÃO DOCENTE**

**POLÍTICA Y PLANIFICACIÓN LINGÜÍSTICA DE LA LENGUA
GUARANÍ EN PARAGUAY Y FORMACIÓN DOCENTE**

Juliano Sippel¹

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

RESUMO: A promulgação da Constituição da República do Paraguai, em 1992, deu ao idioma guarani o status de língua nacional. Passadas quase duas décadas, a *Ley n.º 4251 de Lenguas* criou uma Secretaria para política e planeamento de língua e a *Academia de la Lengua Guaraní*. Considera-se hoje que mais de 80% da população paraguaia é bilíngue e utiliza as línguas guarani e espanhola como instrumento de mediação nas trocas comunicativas. Nesse artigo investigo a formação para a atuação docente em língua guarani de estudantes universitários da cidade de Assunção. Procuo observar os efeitos de um planeamento de status, de corpus e de aquisição na formação básica e superior desses estudantes. Os resultados revelam eficácia desses planeamentos na formação básica dos académicos participantes da investigação, mas sugerem a necessidade de um planeamento de aquisição e de corpus da língua guarani em nível superior/académico.

PALAVRAS-CHAVE: Política linguística. Planeamento linguístico. Língua guarani. Formação docente.

¹ Doutorando em Linguística e ensino de língua, pela Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Estudos de Linguagens, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Licenciado em Letras, pela Universidade Federal do Paraná. sippeljuliano@gmail.com

RESUMEN: La promulgación de la Constitución de la República del Paraguay en 1992 oficializó la lengua guaraní como nacional. Tras casi dos décadas, la Ley nº 4251 de Lenguas creó una Secretaría para política y planificación de lengua y la Academia de la Lengua Guaraní. Se considera actualmente que el más de 80% de la población paraguaya es bilingüe y utiliza las lenguas guaraní y española como instrumento de mediación en los cambios comunicativos. En este trabajo investigo la formación para la actuación docente en lengua guaraní de estudiantes universitarios de la ciudad de Asunción. Busco observar los efectos de una planificación de status, de corpus e de adquisición en la formación básica y superior de esos estudiantes. Los resultados muestran la eficacia de esas planificaciones en la formación básica de los académicos participantes de la investigación, pero sugieren la necesidad de una planificación de adquisición y de corpus de la lengua guaraní en nivel superior/académico.

PALABRAS-CLAVE: Política lingüística. Planificación lingüística. Lengua guaraní. Formación docente.

1. Política e planejamento linguístico

À busca de uma teoria de *gerenciamento linguístico*, Spolsky (2009) nos mostra que qualquer tentativa de controlar algum aspecto da língua recai sempre sobre questões de escolha: o falante seleciona a língua a usar em casos de bi ou plurilinguismo, ou a variante em casos de monolinguismo. A natureza dessas escolhas correlaciona estruturas de ordem social com repertórios linguísticos; dito de outra forma, os falantes de uma língua selecionam continuamente recursos discursivos que são marcadores de diferentes posições sociais. Aqui é necessário esclarecer algo crucial a respeito dessas escolhas, que se refere ao fato de que são sobretudo políticas – uma variante ou um dialeto adquirem status de uso social, ou de idioma, quando passam a ser reconhecidos como tal. O objetivo de uma política de gerenciamento linguístico deve ser, então, dar conta dessas escolhas individuais com base em regras e padrões governados por regularidades aceitas e compartilhadas pelas comunidades de fala em que os falantes estão inseridos.

Spolsky (2009) introduz a noção de *domínio* para demonstrar como os gerenciamentos ocorrem dentro desses espaços. Em sua acepção temos domínio como

locais sociais compostos por participantes caracterizados por papéis sociais e pela relação que estabelecem entre si; a partir desses locais é que se pode pensar a noção de gerenciamento linguístico como esforços e estratégias explícitas que têm a finalidade de alterar práticas (comportamentos e escolhas observáveis na comunidade) e crenças (valores atribuídos, status, variedades e recursos nomeados) sobre a língua. A premissa fundamental do esforço empreendido à busca dessa teoria é que a língua não é autônoma, mas reflexo de contextos sociais, políticos, econômicos, religiosos, ideológicos e emocionais, em que a vida se desenvolve.

Essa premissa perpassa também a elaboração teórica de Cooper (1989). Ao discutir uma possibilidade de definição para *planejamento linguístico*, o autor nos fornece quatro exemplos de esforços empreendidos por alguém ou por um grupo social para modificar ou estabilizar algo na língua, dos quais reproduzo três, a saber: (i) a criação da Academia Francesa, cuja função foi a de editar e tornar públicos textos para uniformizar a língua e centralizar a produção da elite intelectual em Paris; (ii) a promoção do uso da língua hebraica na Palestina, com vistas a estabilizá-la como língua franca para a comunicação entre a, à época, jovem e crescente imigração judaica; e (iii) a luta do movimento feminista nos Estados Unidos, que passa a desestabilizar a noção de gênero gramatical e a predominância de determinantes masculinos na língua inglesa - que reforçavam padrões sociais ocupados por homens, invisibilizavam a mulher e reproduziam a discriminação social de forma implícita na língua.

Esses exemplos evidenciam que planejamento linguístico é um conceito complexo, que abrange mais de uma finalidade e por isso não tem uma definição universalmente aceita - ao restringir os esforços da ação de planejar algo sobre a língua aos governos ou às agências por eles autorizadas, exclui-se, por exemplo, a luta feminista.

Apesar dessa não uniformidade conceitual, Cooper (1989) distingue três tipos de planejamento: de *corpus*, de *status* e de *aquisição*. O primeiro refere-se a atividades como criação de novos termos, reformas ortográficas, adoção de novos scripts, de novas formas e modificação de formas antigas (a criação da academia francesa e o combate à linguagem sexista, são exemplos de planejamento de corpus); o segundo diz respeito ao reconhecimento por um governo nacional da importância ou da posição de uma língua em relação a outras (a promoção do Hebraico é um exemplo desse tipo de planejamento); planejamento de aquisição são as ações sugeridas com vistas ao ensino de uma língua, que incluem, por exemplo, que língua será ensinada, com que livro, com quantas horas, com quais conteúdos etc.

Entre essas noções de planejamento, o linguista observa a ideia recorrente de solução de problemas na medida em que, quando qualquer situação linguística é considerada insatisfatória ou problemática, surge espaço para ações de planejamento.

Em Wright (2004), planejamento linguístico pode ser visto como um campo de investigação que abrange toda a atividade humana de produção de significado (é pela língua que as comunidades elaboram e representam o mundo e a constituição de comportamentos normativos é essencial para o comportamento da língua) e como possibilidade de mudança. A autora nos mostra que ao longo da história situações econômicas foram responsáveis por colocar línguas em contato e atualmente, com o mundo globalizado, um grupo considerável de pessoas precisa se comunicar e aceder a informações fora de sua língua nativa. Essa pressão de uma comunicação globalizada faz disparar o Inglês como língua franca e cria uma tensão pelo fato de que nos ancoramos em nossos grupos para alicerçar nossas identidades, mas olhamos para fora dele sempre que desejamos transcender nossas comunidades e alcançar ambições pessoais de cognição e exploração.

Uma reconciliação entre comunidade e transcendência pode depender da adoção de um modelo que rejeite o nacionalismo e reinterprete práticas de sociedades pré-nacionais para um contexto pós-nacional. Isto é, pela necessidade de comunicações supranacionais, os membros de minorias que desejam manter sua língua nativa são confrontados com a língua nacional e a franca, mas a competição entre língua nativa minoritária e franca é diferente, visto que essa pode substituir a língua nacional e possibilitar a transcendência e a mobilidade dos sujeitos, sempre que motivados a atuar em um cenário mais amplo. Em suma, o que Wright evidencia é que o bilinguismo não continua através de gerações, a menos que um planejamento linguístico diferencie o papel de cada língua, com funções que não se sobreponham.

Uma atividade de planejamento linguístico implica então, via de regra, exercício de poder. Dito de outra forma, planejamento linguístico acarreta política linguística. Nesse campo epistemológico convém dar eco ao pensamento de Blommaert (2006), segundo o qual, a vinculação de uma língua a padrões e estruturas gramaticais tem como objetivo controle normativo e regulamentações institucionais.

Declarado o enquadramento teórico em que se insere esse trabalho, passo a apresentar as razões históricas, sociais e políticas que perpassam os planejamentos de legitimação, de uso e de ensino da língua guarani em território paraguaio.

2. O contexto paraguaio

Telesca (2018) afirma ser tradição declarar que o Paraguai é o único país em que uma língua indígena se impôs à do colonizador. Com a proclamação da Constituição de 1992, o país se autodefiniu bilíngue², sendo o guarani e o espanhol seus dois idiomas oficiais.

Uma arqueologia da língua guarani, entretanto, não é tarefa simples porque, nas missões realizadas no Paraguai no século XVII, os jesuítas reduziram ‘as línguas guaranis’ à uma língua geral, escolarizada e passível de ser transmitida com a finalidade de evangelização de povos indígenas. A expulsão dos jesuítas, nos finais do século XVIII, pôs em desuso essa variante escolarizada, a população que habitava a ‘Companhia de Jesús’ abandonou-a e mesclou-se ao campesinato das redondezas. A língua guarani atualmente falada no país é uma variante distinta da língua tribal (falada antes da escolarização) e da jesuítica; é uma língua historicamente derivada do guarani autóctone, submetida à uma crescente influência da língua espanhola. Associa-se o guarani atual ao surgimento do campesinato mestiço paraguaio no século XIX – associação que trouxe consigo a ideia de pobreza, de baixa escolarização, de analfabetismo e da qual emergiu um discurso de ‘língua de atraso’ (Peres, 2001; Telesca, 2018).

Ao considerar-se que antes das missões jesuíticas o guarani não era língua de ensino e que o espanhol era utilizado por uma pequena parcela privilegiada da população paraguaia que vivia na capital do país, aquela língua estava restrita à população analfabeta. O ensino majoritariamente em língua espanhola contribuía para a evasão escolar: por razões linguísticas, as crianças não recebiam instruções adequadas e perpetuava-se o analfabetismo. Antes da Constituição de 1992, dados de escolarização mostram que na década de 1970 apenas 20,3% da população paraguaia possuía instrução escolar; na de 1980, 30,9% e na de 1990, 32,5% tinha acesso à escola. Também antes de 1992, 48,8% da população era bilíngue nas línguas guarani-espanhol, 39,2% era

² Apesar de ter oficializadas duas línguas oficiais, a diversidade linguística do Paraguai é complexa. Unruh e Kalisch (1999) revelam que, sem contar com o guarani nacional, fala-se no país 18 línguas indígenas, que pertencem a cinco famílias linguísticas: Tupi-guarani (com as línguas aché, pãï tavyterã, mbya, avá chiripá, guarayo e tapieté), Mataco-mataguayo (com as línguas macá, manjui e nivaclé), Zamuco (com as línguas chamacoco e ayoreo), Guaycurú (com a língua toba-qom) e Enlhet (com as línguas enlhet, enxet, toba-maskoy, angaité, sanapapá e guaná). Essa diversidade linguística confere ao país outros bilinguismos e monolinguismos, além do par guarani-espanhol.

monolíngue em guarani e somente 6,4% era monolíngue em espanhol (Roesler e Orso, 2013; Peres, 2001).

Esse contexto evidencia que antes de 1992 metade da população paraguaia dividia-se em comunidades linguísticas incapazes de se comunicar e que, a praticamente 40% da população, era negado o direito à participação na vida pública. Ao longo do século XIX, o uso do guarani chegou a ser proibido nas escolas, sob ameaças de castigos. É somente no contexto da Guerra da Tríplice Aliança que se vê as primeiras publicações impressas³ em língua guarani; tratava-se de periódicos com comunicados e instruções militares para o combate. A produção desse material cumpria uma função política de mobilização da população para a batalha: ainda que não soubessem ler, ter o conhecimento de que à língua guarani era dado o prestígio da escrita gerava uma identificação com o Estado e um sentimento de ‘uma nação guarani’.

Passados sucessivos regimes militares e ditatoriais, em 1989 houve no Paraguai uma abertura democrática com eleições presidenciais e, em 1992, proclamou-se uma constituição que previu a participação da sociedade civil na tomada de decisões da esfera pública. Tal atuação exigia a legitimação das línguas majoritariamente faladas no país e esse documento oficializou as línguas guarani e espanhol e determinou que o ensino, nas etapas iniciais de escolarização, fosse conduzido na língua materna do educando – do que resultou um processo de alfabetização massiva. A instrução escolar passou a ser responsável por revitalizar e valorizar o uso estendido da língua guarani, lapidando-a de forma a dar-lhe o devido prestígio em território nacional.

Em 2010, o Estado paraguaio deu mais um passo e promulgou a *Ley n° 4251 de Lenguas*, que teve como diretrizes, por exemplo, a criação da Secretaria de Políticas Linguísticas (com um departamento de planificação) a obrigatoriedade da comunicação estatal bilíngue e a criação da *Academia de la Lengua Guarani* – cuja função é a normatização dos aspectos ortográficos, terminológicos, gramaticais e discursivos da língua.

Lecoski e Lugo (2016), mostram alguns resultados dessas ações políticas: 80% da população paraguaia é atualmente falante da língua guarani, 100% tem conhecimento do bilinguismo nacional, 90% concorda com a oficialização do idioma e reconhece a emergência do ensino de e em guarani nas universidades paraguaias. É notável a presença da língua na formação da identidade e da cultura do país, presente em topônimos, na

³ Telesca (2018) analisa essas publicações, chamadas *Periódicos de trinchera*, distribuídas à população; nelas se convencionaram a escrita de alguns fonemas na língua.

orografia, nos nomes de plantas medicinais e alimentícias. Estima-se que haja entre 6 a 8 milhões de falantes de guarani atualmente (Otazú, 2018; Vidal, 2018).

3. Metodologia da investigação

A língua guarani passou por diferentes planejamentos linguísticos. Um planejamento de status ocorreu com a promulgação da Constituição de 1992, que deu ao idioma o reconhecimento legal como língua oficial. Também nesse contexto houve um planejamento de aquisição – após ser declarada língua oficial, iniciou-se uma campanha de alfabetização em massa da população. Finalmente, sobretudo com a criação da *Academia de la Lengua Guarani*, sucedeu um planejamento de corpus, pois é sua atribuição “establecer la normativa de la lengua guaraní en sus aspectos ortografico, lexicológico, terminológico, gramatical y discursivo. Le compete igualmente publicar los diccionarios y gramáticas oficiales de la lengua guaraní” (Paraguay, 2010, p. 8).

Procurei, então, investigar os efeitos desses planejamentos linguísticos. Com ancoragem na investigação qualitativa, utilizei o método exploratório-descritivo e como instrumento elaborei um questionário com dezoito perguntas, disponibilizei-o na plataforma *GoogleForms* e solicitei o preenchimento dos participantes da investigação, todos estudantes do ensino superior. Perguntei-lhes sua língua materna, a de suas mães e de seus pais, que contato tiveram com a língua guarani na educação básica e superior e como avaliam sua preparação quanto ao uso dessa língua em seus futuros trabalhos.

Participaram vinte e dois estudantes de universidades paraguaias, sobretudo da cidade de Assunção, capital do país. A escolha desses participantes deve-se ao fato de que se dedicam a carreiras do ramo educacional e, portanto, deverão futuramente trabalhar com a língua guarani. Além disso, ao saber que há três décadas o guarani passou a ser oficial em território paraguaio, todos os integrantes desse estudo passaram por processos de escolarização desse idioma.

4. Resultados

Apresento aqui os resultados obtidos com base no questionário aplicado. Os dados em sua forma completa podem ser acessados em

<<https://docs.google.com/forms/d/1ESCbaY2GndhXfbxzZIJzOXaeRiaeZICEOXDr1UpItA/edit#responses>>.

Mais de 80% dos participantes do estudo são mulheres, estudantes de diferentes anos de licenciaturas em universidades da cidade de Assunção, relacionadas às ciências da educação, à formação para a educação inicial e para a educação física, com idades de forma majoritária entre 19 e 30 anos.

Com relação à língua, 90,9% têm o espanhol como língua materna, 68,2% como a língua materna de suas mães e 63,6% como a de seus pais; 59,1% considera-se bilingue em guarani e espanhol, 27,3% declara-se bilingue em outras línguas⁴ e 13,6% afirma ser monolíngue na língua espanhola.

Quanto ao processo de escolarização do guarani, todos os participantes afirmam ter tido aulas dessa língua na escola, a maioria por períodos longos, isto é, desde a educação inicial até a secundária. Ao ingressar na universidade, 54,5% afirmou saber ler, escrever e falar bem guarani e 45,5% afirmou falar pouco.

O ensino e a prática com a língua guarani em nível superior, mostrou-se um pouco diferente: 81,8% dos participantes afirmaram ter tido aulas desse idioma somente pelo período de um ano; 86,4% afirmou ter lido textos escritos em guarani somente na disciplina específica da língua e 63,6% alegou ter escrito em guarani somente na disciplina de língua; 50% afirmou falar somente em espanhol nas demais disciplinas de seus cursos, ao passo que somente 27% disse falar guarani em qualquer disciplina e com qualquer professor.

As maiores tensões aparecem quanto à formação para o trabalho com e em língua guarani. A alfabetização nessa língua não encontra dificuldades em 31,8% dos participantes, que informou saber falar e além disso ter tido instrução para alfabetizar em guarani; 18,2% afirmou sentir-se preparado para esse trabalho, mas não ter tido instrução e 50% disse não se sentir preparado ou por não ter tido formação ou por falar pouco.

Novamente, apenas 31,8% revelou conhecer materiais didáticos e metodologias para o ensino da língua guarani, ao passo que o restante, ou não conhece materiais, ou conhece, mas não teve instruções para o uso adequado.

⁴ Alguns desses participantes fizeram menção ao jopara, uma variante da língua guarani considerada um dialeto porque trata-se de uma mescla dessa língua com a espanhola. Há quem considere, de forma não oficializada, o jopara a terceira língua do Paraguai. Lustig (1996) possui um estudo bastante detalhado dessa tensão entre as línguas 'puras' e 'marginalizadas'. O interessante a notar é que a diglossia paraguaia ultrapassa as fronteiras do bilinguismo oficial.

Sobre ensinar outra disciplina, por exemplo matemática, em guarani, 40% revelou ser capaz por ter as competências linguísticas necessárias, enquanto o restante dos participantes informou preferir ensinar em espanhol, ainda que saibam falar na outra língua.

5. Discussão

Uma das primeiras observações notáveis nesse corpus é a dos efeitos eficazes do planejamento de status, ocasionado com a oficialização da língua guarani na Constituição de 1992, e do planejamento de aquisição, posto em prática com campanhas massivas de alfabetização. De acordo com os dados que apresentei, antes dessas ações, 39% da população paraguaia era monolíngue em guarani – do que resultava um cenário de exclusão de uma parcela muito grande de pessoas no exercício da vida pública. Vale ressaltar que os dados gerados se referem a estudantes da capital do país – local em que, historicamente, a população era instruída apenas na língua espanhola – e 90,9% dos participantes disseram ser espanhol a sua língua materna, entretanto, como passaram por processos longos de escolarização da língua guarani, todos afirmaram falar essa língua, e 54,5% a domina além da fala nas competências de leitura e de escrita. Vemos então um aumento significativo de bilinguismo.

As respostas mostram consonância com o que Lecoski e Lugo (2016) revelaram em seu estudo sobre a aplicação da *Ley de Lenguas* – especialmente sobre como a existência de uma lei específica não garante por si só e efetivamente o uso de uma língua. Os autores concluem o estudo ressaltando a importância de as universidades paraguaias garantirem a aplicação de um guarani comunicativo, de forma transversal, em todos os seus cursos. Conforme mostrei nos resultados, é muito baixa a porcentagem (27,3%) de alunos que usam o guarani para se comunicar com professores nas demais disciplinas acadêmicas, e é alta a porcentagem de alunos que leu e escreveu nesse idioma apenas nas aulas de língua (86,4% e 63,6% respectivamente). Além disso, 27,3% afirma não ter escrito em guarani em nenhuma disciplina.

À continuação dos aspectos acadêmicos da língua, e ao lançar um olhar sobre a preparação para o trabalho futuro, o quadro resultante é ainda mais complexo: 50% dos participantes afirmam não se sentir preparados para alfabetizar em língua guarani; somente 31,8% diz conhecer materiais didáticos e metodologias para ensinar a língua; e

50% revela preferir ensinar a disciplina de matemática em espanhol. Emerge desse cenário a necessidade da continuidade de um planejamento de aquisição da língua. A *Ley n° 4251 de Lenguas* diz “Los centros de formación docente deberán preparar educadores bilingües, en guaraní y castellano. Según las circunstancias, en su ejercicio docente, los profesores emplearán las dos lenguas oficiales como medio didáctico” (Paraguay, 2010, p. 5), mas novamente nos deparamos com a constatação de que somente a lei não garante o exercício daquilo por ela postulado.

Reitero a afirmação dada no início de que a língua não deve ser vista como uma entidade autônoma, mas reflexo dos contextos culturais, sociais, históricos e políticos por ela mediados. Apresentei a ideia de gerenciamento de Spolsky (2009), segundo a qual uma política desenvolvida nesse âmbito precisa balizar as seleções dos falantes por princípios de regularidades desenvolvidos e compartilhados em seus meios sociais. Nesse sentido, a elevação do guarani aos meios acadêmicos como língua de uso efetivo na produção escrita e oral de professores e alunos estreitaria vínculos entre as práticas languageiras cotidianas e bilíngues e a produção científica disseminada, também, nas duas línguas oficiais do país.

Chama atenção o fato de que 90% diz ter o espanhol como língua nativa, mas mais de 30% desses estudantes teve pais cuja língua materna era o guarani. Essa conjuntura corrobora que, na disputa entre as línguas, o guarani perdia espaço e atesta a pouca credibilidade dada à língua.

A penetração da língua guarani no meio acadêmico e sua propagação pelas ações docentes no ensino superior, em curso e no futuro, com a elaboração de ações de planejamento de aquisição nessa esfera, poderia mudar esse quadro? Um planejamento de corpus a cabo da *Academia de la Lengua* quanto à gramaticalização, à lexicalização e à divulgação e promoção da cultural do e em guarani daria à língua o status necessário para que futuros estudantes a declarem como língua materna ou em posição de igualdade com o espanhol a ponto de afirmarem-se bilíngues nessas línguas? Essa é uma agenda de investigação futura.

Referências bibliográficas

Blommaert, J. (2006). Language Ideology. In: Keith Brown, (Editor-in-Chief)

- Encyclopedia of Language & Linguistics, Second Edition*, volume 6, pp. 510-522.
- Cooper, R. L. (1989). *Language Planning and Social Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lecoski, D. F.; Lugo, M. (2016). Conocimiento y aplicación de la Ley de Lenguas N.º 4251 del Paraguay en la ciudad de Encarnación. *Revista UiIPS*, Vol. 4, (4).
- Lustig, W. (1996). Mba'éichapa oiko la guarani? Guarani y jopara en el Paraguay. *Papia. Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, 4 (2), 19-43.
- Minayo, M. C. S. (org.). (2012). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Otazu, A. (2018). La influencia de la lengua Guaraní a nivel local y regional. *Estudios Paraguayos*, Vol. XXXVI, (1).
- Paraguay (1992). *Constitución de la República de Paraguay*. Asunción, 20 de junio de 1992.
- Paraguay (2010). *Ley n° 4251 de Lenguas*. Asunción, 29 de diciembre de 2010.
- Peres, S. (2001). Avañe'e, Ñe'e Tavy, karai Ñe'e: escolarização do Guaraní e diglossia no Paraguai. *História da Educação*. ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas, (9), 39-58.
- Roesler, P. S.; Orso, P. (2013). Paraguai: história e educação a partir da reforma de 1992 aos dias atuais. *Seminário de Pesquisa do PPE*. Universidade Estadual de Maringá, 12 a 14 de junho.
- Spolsky, B. (2009). *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Telesca, I. (2018). La lengua Guaraní en la construcción socio histórica de la región. *Estudios Paraguayos*, Vol. XXXVI, (1).
- Unruh, E.; Kalisch, H. (1999). El Paraguay multilingüe. Cuadro de algunas dinámicas lingüísticas. *Acción. Revista paraguaya de reflexión y diálogo*, (191), 22-25.
- Vidal, A. (2018). El Guaraní contemporáneo y el Guaraní histórico en las investigaciones lingüísticas actuales. *Estudios Paraguayos*, Vol. XXXVI, (1).
- Wright, S. (2004). *Language Policy and Language Planning - From Nationalism to Globalisation*. Hampshire: Palgrave Macmillan.